

D'Angelis, Wilmar; Nobre, Domingos (orgs.) (2020).
Experiências brasileiras em revitalização de línguas indígenas. Campinas,
SP: Curt Nimuendajú. Pp. 272.
ISBN978-65-87924-02-1

Resenhado por:
Odair Vedovato Júnior
Pesquisador independente, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5363-4512>

Organizada por Wilmar D'Angelis e Domingos Nobre, a obra é um dos raros relatos e, principalmente, um balanço do que se tem aprendido com as experiências em ações de revitalização de línguas indígenas no Brasil. Algumas questões são essenciais para que se compreenda qual é o estado atual dos esforços de conservação e revitalização das línguas e territórios indígenas, e quais são os grandes problemas enfrentados na prática, por todos os que participam dessa realidade: primeiramente as comunidades indígenas, e junto com elas, as ONG's, as Instituições governamentais e as universidades. Mesmo considerando mecanismos de orientação positivos, como a Constituição de 1988, na prática, muito pouco é feito para contemplar as necessidades básicas e gerar um mínimo de funcionamento dos processos propostos. No trajeto entre uma lei aprovada ou uma portaria, e a realização efetiva de uma ação há uma série de problemas que acabam por inutilizar uma proposta.

Os autores dos capítulos contidos no livro destacam a importância de se entender a necessidade das ações de preservação, revitalização e manutenção da língua partirem das próprias comunidades ou de sua demanda, e estarem intimamente ligados às culturas, tradições e práticas sociais. Igualmente importante é que seja entendido o momento vivido por cada comunidade, seja na manutenção do seu território – se suas terras já foram demarcadas, ou estão em processo para tal, por exemplo – e na sua relação com a língua – se ainda é falada por diferentes gerações, ou se está em sério perigo de extinção. Cada realidade vai exigir, segundo o desejo da própria comunidade, diferentes ações e prioridades.

O livro se divide em três partes: (i) fundamentos e experiências, (ii) formação e ensino, e (iii) responsabilidades e atores. Há também, uma homenagem a Bartomeu Melià,¹ falecido em 6 de dezembro de 2019.

No primeiro capítulo da primeira parte, “*Por que revitalizar línguas minoritárias*”, Wilmar D’Angelis discute alguns pontos que vão de encontro aos argumentos usados pelo movimento anti-indígena: por que é importante que as línguas minorizadas sobrevivam, como línguas com tão poucos falantes podem contribuir de alguma forma para o nosso conhecimento, a quem interessa preservar línguas minorizadas e por que muitos acreditam que as línguas indígenas são mais “pobres”. A importância do texto é óbvia no que ele demonstra em relação à visão da população leiga e também de grande parte dos pesquisadores, intelectuais e outros que, detentores de poder e conhecimento, compartilham esse tipo de visão e as usam como argumento para se colocarem em consonância com projetos de sociedade em que as comunidades indígenas não têm lugar.

O capítulo seguinte, “*Revitalização linguística: alguns conceitos*”, é de autoria de Lilian A. dos Santos, e trata de questões metodológicas a respeito da revitalização de línguas ameríndias, consideradas a partir de experiências da autora como docente de curso de educação intercultural, especialmente as chamadas experiências *bottom-up*, que tem origem na base (as comunidades indígenas) e são executadas por organizações governamentais e ONG’s em parceria com essas comunidades. A autora também chama atenção para várias questões relacionadas ao intento de revitalização das línguas, entre elas a persistência da força do projeto colonialista; como se estabelece a diferença entre vitalização e revitalização; a importância da retomada dos nomes indígenas e das formas linguísticas de respeito e tratamento como caminho para tomar o uso ativo da língua e o grande valor dos cursos de licenciatura indígena nesses processos. Como se pode encontrar em vários relatos ao longo do livro, a autora destaca a importância e a constância das ações que trabalham a retomada das práticas sociais como meio para a revitalização da língua, dando destaque ao que chama de micropolíticas de valorização linguística, as pequenas ações de revitalização das práticas tradicionais e de uso da língua que são encabeçadas pelos próprios indígenas e que subjazem aos projetos maiores.

André Ramos e Izabel Gobbi escrevem sobre a participação da FUNAI em iniciativas de valorização e revitalização de línguas indígenas. No capítulo intitulado “*A língua como movimento de reexistir*”, os autores descrevem algumas de suas experiências na Coordenação de Processos Educativos (COPE) da FUNAI, apresentando uma lista de projetos e iniciativas apoiados por essa instituição na década de 2010 e trazem também testemunhos de indígenas participantes de tais projetos, entrevistados por videoconferência durante a pandemia do COVID-19.

O quarto capítulo da primeira parte, “*Questões metodológicas em projetos de revitalização linguística*”, de Fabiana Leite e Ivana Ivo, toma como ponto de partida o documento *Language vitality and endangerment* (UNESCO 2003). As autoras levantam os principais dados sobre quais os fatores que levam à desmotivação do falante em relação à

¹ Bartomeu Melià foi um padre jesuíta e antropólogo espanhol, viveu no Brasil entre 1977 e 1989, trabalhou com os Enawenê-Nawê no Mato Grosso e os Kaingang no Rio Grande do Sul. Lecionou na USP e na UNICAMP e deixou uma obra de referência em educação indígena, entre outros trabalhos muito relevantes sobre a língua e cultura Guarani.

língua e como iniciativas sérias de apoio podem levar a uma renovada valorização, por parte dos próprios indígenas, das ações de revitalização. As principais afirmações apresentadas pelas autoras: a necessidade de materiais que se adaptem à realidade da comunidade, projetos que não pensem a escola indígena como uma cópia da escola ocidental e nem se baseiem numa visão folclorizada da cultura indígena, mas ao invés disso, partam das necessidades e anseios da comunidade e se observem a relevância da relação entre língua e cultura. As autoras trazem como exemplos de experiências de revitalização, trabalhos realizados com os Nhandewa de São Paulo e os Mbyá de Bertioga.

O último capítulo da primeira parte, *“Tradução: um processo entre línguas e culturas”*, de Ana Rossi, trata da importância de se conhecer a cultura para se traduzir o texto e a tradução como processo de “construção e revelação de conhecimento”. E entre as questões levantadas pela autora, destacam-se: (i) a maneira ética de realizar a tradução e (ii) que a tradução deve ser realizada através de uma metodologia. A autora apresenta algumas questões que devem nortear um trabalho de tradução: o que se vai traduzir, para quem, por quem, e como. A apresentação de seu percurso metodológico de tradução coloca o projeto em um conjunto de etapas e não como simples passagem de uma língua para outra. Um exemplo é apresentado para ilustrar o processo a partir de um livro de Mía Couto para o Espanhol. Sua metodologia se faz a partir de um quadro matriz e de um diário de tradução. O processo mais interessante proposto pela autora é a visão do objeto de tradução como algo que deve ser tomado pela coletividade, e tornar-se objeto de análise e trabalho do grupo, da comunidade, para se tornar novamente, objeto da cultura.

A segunda parte do livro concentra-se no tema de formação e ensino, tendo como discussão central a formação dos professores das escolas indígenas: sua capacidade de usar a língua da comunidade em que ensina (sendo ou não falante nativo), sua capacidade de usar a língua para ensinar os componentes do currículo, a importância de conhecimentos de pedagogia e o papel dos cursos de formação em licenciaturas interculturais. Além disso, são tratados também a qualidade dos materiais didáticos disponíveis em relação à realidade de cada escola/comunidade e o planejamento do currículo escolar.

“Cursos de Magistério e fortalecimento de línguas indígenas: é possível?” de Domingos Nobre, discute os principais desafios enfrentados para se estabelecer um programa nas escolas indígenas que possa contribuir de forma real para o fortalecimento das línguas, ao invés de, como destaca o autor, permanecer como “uma invasão da língua portuguesa dentro da terra indígena”. Sobre a formação dos professores, a necessidade de uma formação que comece do magistério e da licenciatura e que seja continuada, a partir de três grandes eixos político-pedagógicos: novas concepções sobre as áreas de conhecimento, construção de novas práticas pedagógicas baseadas na autonomia e na reflexão sobre a própria prática pedagógica e a reorientação curricular permanente e coletiva. O autor levanta algumas questões importantes sobre os cursos bilíngues nas escolas indígenas: há instrumentos de registro e sistematização da memória das aulas em língua indígena? Há espaços garantidos para tradução das explicações dadas em Português, para a língua indígena? Permite-se a realização de cerimônias e apresentações ancestrais? Há professores não indígenas estudando a língua? Há presença de saberes tradicionais indígenas como componentes curriculares? Nobre também apresenta conclusões extraídas do I Seminário da Área de Linguagem das Licenciaturas Interculturais Indígenas (SEALLIN

2015), entre as quais, uma de especial relevância: como lidar com os materiais produzidos até hoje: sua qualidade, relevância e uso prático.

O capítulo seguinte, “*Licenciaturas interculturais e o fortalecimento das línguas*”, Wilmar D’Angelis, inicialmente apresenta o cenário em que se originou a educação indígena em 1990, depois elenca os principais desafios que devem ser enfrentados pelos programas de licenciatura indígena: como incorporar os conhecimentos indígenas no programa sem folclorizá-los, a incapacidade do MEC em interagir com a realidade dos cursos de licenciatura indígena, e a dinamicidade dos acontecimentos vividos pelos povos indígenas desde o começo do séc. XXI. O autor também destaca a importância do papel das licenciaturas em promover o encontro do falante, com suas intuições sobre a língua, com o linguista, e discute, em seguida, a questão da diversidade linguística dentro das salas de aula de licenciatura indígena. D’Angelis também discute a qualidade do ensino de Fonologia no país e, conseqüentemente o efeito negativo que isso tem nas licenciaturas indígenas. Ao final do capítulo, o autor lista ações já demonstradas eficazes em programas de formação de docentes indígenas, entre elas: o domínio da língua para o acesso e, na dificuldade para encontrar docentes falantes, fazer com que estudantes mais avançados sejam monitores; haver língua indígena em todos os semestres do curso, focada na produção oral e escrita e não em fonética e fonologia; incentivo de blogs, Youtube, e outras plataformas em língua indígena e a criação de um coletivo de coordenação com intelectuais indígenas, linguistas, antropólogos, para que não haja algum tipo de preferência para uma área no programa.

O terceiro capítulo da segunda parte, escrito por Maria Gorete Neto, é intitulado “*Ensino bilíngue que fortalece línguas minoritárias: uma experiência de licenciatura*”. A autora toma o tema do “país monolíngue” e a realidade multilíngue de sua população, as ações para neutralização das “outras” línguas que não o Português, desde Pombal, a proibição da língua alemã no Brasil, durante a I Grande Guerra, a proibição no governo Vargas, contra línguas de imigrantes, estabelecendo o bilinguismo como desprestígio. A autora relata uma experiência como professora em licenciatura indígena destacando as seguintes questões: (i) tanto a língua indígena quanto o português falado pelos indígenas são minorizadas, e a formação de professores indígenas deve passar pelo entendimento dessa realidade, (ii) os estudantes e professores indígenas, em sua formação, devem buscar proficiência oral e escrita na língua indígena, no entanto, nem só a proficiência na língua é suficiente para que se tenha um professor, é necessária uma formação em pedagogia robusta, teórica e prática; e (iii) a presença indígena aumenta o questionamento teórico e pedagógico, e os ganhos com ela são enormes para a Universidade.

A terceira parte do livro, “*Responsabilidades e Atores*”, apresenta uma reflexão sobre como a Universidade, as ONG’s e o Estado podem interagir com os cursos de licenciatura indígenas, as escolas indígenas e as organizações indígenas para a revitalização das línguas. O primeiro texto, de Juracilda Veiga, “*A contribuição das ONG’s para a revitalização das línguas indígenas*”, traz informações sobre o cenário em que começam a aparecer as ONG’s no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, e sua participação em momentos decisivos para a sobrevivência indígena e para a garantia de seus direitos na Constituição de 1988. Acontecimentos importantes são lembrados pela autora, como o início da reivindicação de escolas por parte das comunidades indígenas por volta de 1970 - uma das primeiras, na prelazia de São Félix do Araguaia (MT) - e a realização, em 1979 do 1º. Encontro Nacional de Trabalho Sobre Educação Indígena, pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, em que

foram analisadas experiências históricas e em andamento. A autora aponta caminhos para atuação das ONG's nos movimentos de revitalização de línguas indígenas propondo que essas trabalhem junto aos órgãos governamentais para contribuir para a formação dos professores de educação indígena, articulem ações entre ONG's, Estado e Universidades em apoio à demanda das comunidades e trabalhem para uma formação diversificada dos professores indígenas com linguistas, pedagogos, antropólogos, etc. Entre os problemas apontados pela autora, estão a falta de formação dos professores nas escolas indígenas e dos funcionários das secretarias de educação – para os quais deveria haver um plano de carreira específico, a falta de professores indígenas para ocuparem o quadro, principalmente no ensino médio, a escola voltada ao preparo para o vestibular desprestigiando a cultura e a língua, e a língua ausente dos lugares de prestígio. Nas escolas indígenas a língua deve ser a língua de instrução, podem ser organizadas gincanas de música e teatro na língua indígena e programas de rádio e TV podem ser criados na língua. As ONG's continuam a ser, segundo Veiga, as principais parceiras das comunidades e devem agir para que o apoio aos indígenas seja permanente, sem que se os abandone.

O capítulo seguinte, “*O papel das universidades públicas*” é de Wilmar D’Angelis e traz discussões sobre a relação entre as demandas da comunidade indígena e o que as Universidades têm a oferecer, e sobre como as universidades podem, de forma ética, colaborar com os programas de revitalização. O autor apresenta um panorama das universidades brasileiras que produzem mais pesquisas sobre línguas indígenas (muito disso, segundo o autor, irrelevante para as demandas das comunidades) e discute a necessidade da própria comunidade acadêmica de legitimar seus interesses nas enormes oportunidades de pesquisa geradas pelas comunidades indígenas e ao mesmo tempo, como só as universidades podem, nesse momento, dar suporte à enorme demanda por formação de professores indígenas: podem, as universidades, ter um papel ético nesse processo? D’Angelis ainda propõe os objetivos principais para um programa de revitalização: o diagnóstico linguístico, o esclarecimento sobre o processo histórico e antropológico, os princípios de política linguística assumidos pela comunidade, o planejamento linguístico, a alfabetização em 1ª Língua onde não tiver sido interrompida a transmissão intergeracional, alfabetização em 2ª Língua, um projeto de formação de professores e uma equipe interdisciplinar de coordenação. Além de tudo isso, o estudo de ações bem e mal sucedidas como guia para se traçar estratégias.

O terceiro capítulo, de Domingos Nobre, “*Deveres do Estado e fortalecimento das línguas indígenas*” é dividido em quatro tópicos: os marcos nacionais e internacionais de legislação, a questão da obrigação imposta aos povos originários de adotarem outra língua, os direitos à recuperação de seus territórios e a necessidade de uma política linguística do Estado com a participação dos povos e apoiada pelas universidades e ONG's. No tópico de marcos de legislação, o autor apresenta os principais documentos de direitos linguísticos internacionais, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta Europeia das línguas regionais minoritárias de 1992, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 1996, entre outros, destacando a falta de aplicação prática dos termos definidos por esses manifestos. No cenário nacional, ainda segundo o autor, documentos como o Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL) não são efetivos, pois não se transformam em ações práticas. A existência de legislação não significa que haja projeto para implementar ações práticas. O Estado precisa preservar o território se realmente quer preservar a

língua, mas prefere transformá-la, na maioria das vezes, em patrimônio simbólico. Numa permanente contradição jurídica do Estado em relação ao conflito linguístico estabelecido, descobre-se que há políticas para lidar com as línguas que se alinham com diferentes projetos de sociedade. O autor ainda comenta a relação do Estado e da sociedade com a língua inglesa, que, como língua do colonizador, goza de todo aparato necessário para se manter relevante. Ao fim do texto, afirma-se a necessidade de colocar-se como país multilíngue que assume sua dívida histórica e toma a responsabilidade pública de recuperar os territórios e revitalizar as línguas. Na verdade, o que se observa no atual governo é o movimento contrário, com posicionamento como o Marco Temporal e o abandono dos planos de geração de renda e auto sustentação das comunidades indígenas demonstram a persistência do raciocínio colonialista e elitista cruel: tirar a terra do índio sem oferecer-lhe possibilidade de autonomia.

O capítulo que fecha o livro é *“A responsabilidade do movimento e das organizações indígenas”*, de Florêncio A. Vaz Filho e Sâmela Ramos da Silva. Os autores apresentam um resumo dos principais encontros do movimento indígena desde a primeira assembleia em 1974, que reuniu diferentes povos indígenas pela primeira vez, no Mato Grosso, permitindo a articulação política indígena em nível nacional até chegar, em 2005, na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. O projeto político defendido pelos indígenas, segundo os autores: o bem viver, a articulação entre o conhecimento de forma integral – a língua, o território, a espiritualidade e a natureza estão ligados; a consciência coletiva: os vínculos com a memória ancestral, a coletividade, em oposição à vida individualizada das grandes cidades, visível na força do movimento indígena que articula outras frentes e faz oposição à agenda neoliberal; a capacidade de mobilização do movimento indígena, que pode ser vista em eventos como a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira e na Marchadas Mulheres Indígenas (nisso também o protagonismo feminino indígena). O movimento indígena tem sido responsável por contemplar as diferentes realidades de línguas, territórios e geografias, nisso sua atuação tem sido fundamental. Os autores trazem também, entrevistas feitas virtualmente com Waraxowoi Tapirapé, Luã Apyká e outros indígenas sobre os caminhos mais importantes para os grupos e organizações. Os autores destacam a importância da organização dos povos indígenas para que cheguem à autonomia necessária para lutarem para modificar sua realidade e a necessidade de se estabelecer uma pauta mais ampla, uma frente nacional que apoie e incentive a construção dos projetos.

Em 2019 foi lançado *“Revitalização de línguas indígenas: o que é? como fazemos”*, que registra as experiências e aprendizados do grupo de pesquisa INDIOMAS (UNICAMP) e da ONG KAMURI assessorando iniciativas de revitalização de línguas de comunidades indígenas do Estado de São Paulo. A obra aqui resenhada é, de certo modo, uma continuidade daquele volume e ambas são de extrema importância, neste momento vivido pelas populações indígenas brasileiras, resistindo sob um governo claramente inimigo da manutenção de seu modo de vida e, provavelmente, de sua própria existência. Também podem ser leituras de grande valor para qualquer brasileiro que se importe com futuro melhor da nossa sociedade.

Referência

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Link;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

UNESCO (2003). Language vitality and endangerment (UNESCO Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages). Paris. Disponível em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Language_vitality_and_endangerment_EN.pdf

Recebido: 12-10-2020

Versão revista: 14/10/2010

Aceito: 16/10/2020

Publicado: 19/10/2020